



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social

QUESTÃO SOCIAL E O ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS DOS INDIVÍDUOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Márcia Menegati Freitas¹

Resumo: Este artigo aborda uma reflexão sobre a questão social em sua gênese na perspectiva de diversos autores e como as expressões desta questão social estão relacionadas com o objeto que me proponho a estudar no mestrado.

Palavras-chaves: questão social, serviço social, família.

Abstract: This article approaches a reflection on the social question in its genesis from the perspective of several authors and how the expressions of this social question are related to the object that I propose to study in the masters.

O tema abordado é Questão Social e o estudo das famílias dos indivíduos privados de liberdade e, para tratarmos desta temática, utilizo a bibliografia disponibilizada sobre o assunto, sob a perspectiva de diferentes autores que trazem o diálogo necessário à compreensão desta abordagem. Insta salientar que este trabalho se orienta por uma concepção teórico-política no marco da tradição marxista, se distanciando, dessa forma, de um pensamento mantenedor da ordem do capital. A posteriori, o tema será brevemente relacionado com meu objeto de estudo no mestrado, qual seja: a realidade experimentada pelos familiares no contexto da execução da pena privativa de liberdade.

A questão social encontra-se na base socio-histórica da profissionalização do Serviço Social e suas múltiplas expressões, tal como se manifestam na vida dos sujeitos, são alvo da intervenção profissional do assistente social.

A expressão “questão social” surge inicialmente nos anos de 1830 quando foi associada ao fenômeno do pauperismo, situação decorrente das primeiras manifestações da industrialização iniciada na Inglaterra. Porém, “não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2001, p. 46).

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Juiz de Fora, E-mail: marciamenegatif@gmail.com.

Surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial- concorrencial (NETTO, 2001, p.42).

Castel (1998) em sua obra “ As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário” chama a atenção para o surgimento do pauperismo marcado pela “miséria e desmoralização de massa” (p.30) oriundas do processo de industrialização.

É preciso encontrar um remédio para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo. Entenda-se isso como o fato de que a sociedade liberal corre o risco de explodir devido às novas tensões sociais que são a consequência de uma industrialização selvagem (CASTEL, 1998, p.30).

A condição desumana e subalterna da classe trabalhadora ao se tornar pública traz para agenda da discussão a ameaça à ordem política e econômica então crescente no século XIX. Um problema social se torna questão quando se torna público e se transforma em uma luta política. Com isso, é importante não esquecer os sujeitos coletivos envolvidos nessa luta, aqueles que colocam a questão na cena política. Assim, a questão social se expressa na luta de classes, com o surgimento da classe operária, e seu ingresso na arena política é consubstanciado pela intervenção do Estado na regulação da vida em sociedade, quando esse passa a interferir no confronto de classes no sentido de garantir a manutenção dos interesses da ordem burguesa.

O protagonismo dos atores sociais, o proletariado pauperizado, no cenário da época, altera, portanto, o estatuto do pauperismo para “questão social”. Isso põe no centro a luta de classe como fator determinante do surgimento da “questão social” enquanto tal e a necessária consciência política da classe trabalhadora de que somente a superação da sociedade capitalista permite a supressão da “questão social” (GUERRA, Y et.al, 2007, p. 4)

A expressão questão social é “estranha ao universo marxiano” (IAMAMOTO, 2001 apud STEIN, 2000, p.11), contudo, os processos sociais que ela engendra encontram-se no centro da investigação de Marx sobre a sociedade capitalista.

Nessa tradição intelectual, o regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana, quanto um processo que se desenvolve sob relações sociais – histórico-econômicas – de produção específicas. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e formas sociais através das quais se expressam (IAMAMOTO, 2001, p.11).

O regime capitalista de produção enquanto sistema econômico e social tem na propriedade privada dos meios de produção – o qual uma parcela da sociedade é detentora, a classe burguesa – a fonte geradora de riqueza e acumulação que encontra na mais valia a

finalidade direta e determinante da produção. Aqueles que não detêm o monopólio dos meios de produção se veem obrigados a venderem a sua força de trabalho – classe trabalhadora –, que na sociedade capitalista assume a forma de trabalho assalariado. A relação contraditória entre capital e trabalho é permeada por interesses de classes antagônicas e por projetos societários distintos em disputa.

Sendo o capital uma relação social, supõe o outro termo da relação: o trabalho assalariado, do mesmo modo que este supõe o capital. Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro (IAMAMOTO, 2006, p.31).

A venda da força de trabalho condiciona o trabalhador ao mercado e se torna o único meio que este dispõe para se reproduzir e satisfazer suas necessidades. Para se produzirem e reproduzirem, os homens estabelecem relações sociais que se transformam à proporção que se modificam as relações materiais de produção. “Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama do poder vigente na sociedade” (IAMAMOTO, 2006, p.26). Considerando ainda que, “o capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa” (IAMAMOTO, 2006, p.30).

Para a autora Marilda Villela Iamamoto (2014), a gênese da questão social é indissociável da sociedade capitalista e das configurações assumidas pelo trabalho nesta sociedade e pode ser compreendida na contradição existente entre o caráter coletivo da produção e sua apropriação privada pelos donos dos meios de produção.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2006, p.27).

Analisar as raízes da produção e reprodução da questão social à luz da teoria social de Marx é compreender o processo contraditório expresso na lei geral de acumulação capitalista. O progresso do processo de acumulação, ocorrido pela incorporação de novas técnicas de produção e avanços tecnológicos no mundo trabalho, alteram a composição técnica e de valor do capital ao se reduzir o emprego do capital variável – emprego da força viva de trabalho – e ao se aumentar o emprego de capital constante, reduzindo com isso o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias e conseqüentemente o aumento da mais valia. O processo de acumulação que gera a mais valia, gera também o crescimento absoluto da classe trabalhadora mais rápido que a capacidade de sua absorção pelo mercado de trabalho.

O crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital, expressando a lei geral de acumulação capitalista. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva (IAMAMOTO, 2008, p.158).

Pensar a questão social requer pensá-la historicamente, em suas contradições e totalidade. A história não é uma sucessão de fatos lineares com um propósito final previamente estabelecido, como defendia o pensamento positivista que tomava os acontecimentos históricos como naturais, sem questionar os fundamentos que geravam as contradições e a ordem estabelecida.

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo deste regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica – bem ao contrário! – redução da produção da pobreza (NETTO, 2001, p.46).

As transformações socio-históricas advindas com a crise do capital, nos anos de 1970, e do modelo de Estado de Bem-Estar Social culminaram na necessidade de se buscar um novo padrão de acumulação que atendesse à ordem do capital. “A crise deste padrão de acumulação eclode em meados da década de 1970, quando a economia mundial apresenta claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial” (IAMAMOTO, 2006, p.31). Sob a égide do capital financeiro, em um contexto de globalização do capital, na perspectiva da lógica da acumulação flexível, alteram-se as bases de produção, acumulação, gestão da força de trabalho e conseqüentemente as relações entre Estado e sociedade.

As mudanças no mundo capitalista levaram alguns autores a pensarem sobre o surgimento de uma “nova questão social”.

De acordo com Rosanvallon (1998), o aparecimento de “novas formas de pobreza” (p.23) – desemprego em massa e exclusão – retratam uma crise de natureza financeira, ideológica e filosófica do Estado Providência na forma de gerir o social. Não se trataria mais de pensar os problemas sociais em função do risco social, uma vez que estes se tornaram permanentes, e sim construir uma rede de solidariedade baseada na ajuda aos diferentes sujeitos enquanto indivíduos e não mais enquanto classes em risco. Para dar conta desta “nova questão social”, o autor propõe transformar o Estado Providência em um Estado de Serviços.

Por sua vez, Castel (1998) utiliza o termo “metamorfoses da questão social” para indicar uma “nova problemática, pois, mas não outra problematização” (p.33) oriundas das transformações tecnológicas e econômicas advindas da evolução do capitalismo moderno. Ele analisa as expressões da questão social a partir do enfraquecimento da sociedade salarial e considera o lugar ocupado pelo indivíduo na divisão social do trabalho, a sua inserção nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção social em contextos de insegurança. O autor toma como eixo estruturador das relações sociais o trabalho assalariado e considera que este é o que atribui identidade ao indivíduo. “Não penso aqui o trabalho enquanto técnica de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (p.24). Para manter o equilíbrio na condição salarial, aponta que a função do Estado é fundamental e deve ser marcada pela “passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para políticas conduzidas em nome da inserção” (p.537).

Ambos autores passam a compreensão de que as transformações atuais ocorridas no mundo capitalista caminham no sentido de uma ruptura com a antiga “questão social” e descompassada da histórica contradição existente nas relações sociais presentes na sociedade capitalista.

Na contramão desta compreensão, Iamamoto em “A questão social no capitalismo” (2001) afirma que não existe uma “nova questão social” e sim novas mediações históricas que imprimem novas expressões à questão social. Para a autora, não se pode falar em “nova questão social”, uma vez que a raiz de sua produção continua inalterada.

Para defender a ideia de que não existe uma “nova questão social” a autora identifica no novo contexto histórico a gestão das novas expressões da questão social, na contemporaneidade. Para tanto, considera quatro aspectos fundamentais, que imprimem significado a este entendimento.

O primeiro aspecto diz respeito às crises cíclicas pelas quais passam o sistema capitalista e com isso geram alterações nas relações de trabalho e nas formas de contratação – subemprego, trabalho terceirizado, informal, autônomo –, no aumento da pobreza, desemprego e concentração de renda, acirrando as desigualdades sociais.

Segundo, trata das alterações na esfera da produção capitalista provenientes da substituição do padrão fordista-taylorista pela acumulação flexível, inaugurada com o toyotismo. A reestruturação produtiva busca o aumento da lucratividade reduzindo o emprego de capital variável e aumentando o emprego de capital constante. Afeta “os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho e os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo etc.” (p.19).

Terceiro, explica as alterações nas relações Estado/sociedade civil. Orientado pela lógica neoliberal, o Estado busca reduzir sua intervenção na esfera econômica e social, mas se mantém subordinado aos interesses da classe dominante. O resultado é um Estado com

investimento mínimo para o social, com programas focalizados, seletivos e descentralizados de combate à pobreza. Estado esse que subordina os direitos à lógica orçamentária e as políticas sociais à política econômica. Experimenta-se a transferência de responsabilidade governamental para a esfera da sociedade civil, com uma orientação tendenciada para a lógica da solidariedade e a crescente mercantilização dos serviços no que se refere ao atendimento às necessidades sociais.

Por fim, as mudanças nas formas de sociabilidade. O mercado passa ser o eixo condutor das relações sociais, subordinando as relações entre os homens às relações entre coisas. Os “problemas sociais” passam a ser problemas de responsabilidade do indivíduo.

A debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis estimula atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado, em que cada um “é livre” para assumir os riscos, as opções e responsabilidades por seus atos em uma sociedade de desiguais (IAMAMOTO, 2001, p.21).

Iamamoto (2001) defende que é neste cenário que a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. “Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que a sustentam” (p.21).

Em consonância com este entendimento, Netto (2001, p.48) afirma que “inexiste qualquer nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital” (p. 48).

Assim, discutir a questão social, seja em suas expressões já conhecidas ou em suas novas expressões, requer situá-la em suas particularidades históricas e sua relação indissociável com a sociedade capitalista, que se materializa na contraditória relação entre capital x trabalho e burguesia x proletariado, assumindo um caráter de classe exposto na luta de classes. No processo de acumulação explicado na “lei geral de acumulação”, descrita por Marx, encontra-se a raiz da produção e reprodução da questão social que “condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p.156), desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais atingindo sobremaneira o modo de vida da classe trabalhadora. Na atualidade, “em um contexto de internacionalização da produção, dos mercados, da política e da cultura, sob o comando do capital financeiro” (IAMAMOTO, 2008, p.161), a questão social se manifesta de forma aprofundada e diferenciada. Dessa forma, seria um equívoco considerar a questão social descolada das profundas modificações históricas que se processam – diferentes estágios do modo de produção e acumulação produzem diferentes expressões da questão social e com ela “ conformismos e rebeldias,

expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p.160).

É neste contexto que também se inserem os assistentes sociais. Profissional situado em um campo marcado por interesses de classes antagônicas, por projetos societários em disputas e por uma sociedade potencialmente desigual.

Questão social hoje é de fundamental importância para o serviço social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada –, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2008, p.161).

Interpretar as várias manifestações da questão e como ela se projeta na vida dos sujeitos se mostra um desafio à profissão e requer do profissional a atenção com a leitura do movimento da história, o comprometimento com a classe trabalhadora, da qual também somos parte, e uma orientação de base teórico-metodológica crítica e comprometida com os preceitos ético-políticos amparados pelas legislações da profissão.

Nesse sentido, o objeto de estudo que me proponho a pesquisar vai ao encontro da proposta de apreender a realidade experimentada pelos familiares² no contexto da execução da pena privativa de liberdade e as implicações que este trabalho envolve no que se refere ao atendimento às suas necessidades, garantia de direitos e resolução de possíveis conflitos. O interesse por este tema surgiu a partir da minha inserção profissional no Sistema Prisional – mais especificamente no Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (CERESP)³, Juiz de Fora, no Estado de Minas.

O trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade. A sua discussão envolve inúmeros aspectos dentre os quais estão presentes as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, estão envolvidos os aspectos inerentes à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem a esse campo. (MIOTO, 2004, p.1)

2 “É preponderante retomar que as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família, uma vez que as três dimensões clássicas de sua definição (sexualidade, procriação e convivência) já não têm o mesmo grau de imbricamento que se acreditava outrora. Nesta perspectiva, podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Como resultado das modificações acima mencionadas, superou-se a referência de tempo e de lugar para a compreensão do conceito de família.” Conceito extraído da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 12 ago. 2108.

3 O órgão responsável pelo CERESP é a Secretaria de Estado de Administração Prisional (SEAP) do Governo de Minas Gerais.

De acordo com a mesma autora (2004), os processos de atenção às famílias fazem parte do histórico da profissão. “Os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que as privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena” (Neder, 1996 apud MIOTO, 2004, p.2).

Pensar a família, como prática do processo de execução da pena privativa de liberdade, implica considerar uma análise que ultrapassa a apreensão imediata dos fatos e que desvele como a questão social se manifesta na realidade desses sujeitos, seus significados e suas tendências para situar a sua condição atual à conjuntura socio-histórica que a gestou. Assim, exige do profissional uma competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, atenta à realidade contemporânea e às transformações sociais em curso.

A ausência de uma análise crítica da realidade mediante a centralidade que as famílias ocupam no sistema penitenciário conduz o profissional a atribuir a elas responsabilidades que muitas vezes não conseguem cumprir e para as quais cabe ao Estado oferecer subsídios. Essa situação é percebida, por exemplo, quando se cobram das famílias posturas que se enquadrem dentro dos parâmetros legais e regulamentares impostos pela unidade prisional e, por muitas vezes, sem conseguir responder a este enquadramento, se veem penalizadas diante das precárias condições que carregam.

É clarividente a precariedade em que se encontra o sistema penitenciário e que este se apresenta em um profundo paradoxo, pois tem um embasamento legal de garantia de direitos que se contrapõe à falta de estrutura, falta de condições dignas de cumprimento da pena e violência institucional, quando o próprio Estado nega os direitos e garantias oferecidas pelo nosso ordenamento jurídico, deixando a pena de atingir seu real objetivo.

Assim, a importância deste estudo está na discussão acerca da realidade vivenciada pela família no processo de execução da pena privativa de liberdade no contexto das implicações do território do cárcere, sendo necessário ficar atento ao conjunto de situações recorrentes que englobam a família, a construção de suas redes de sociabilidade e estratégias de ações emancipadoras que permitem enfrentar e resistir à profunda desigualdade social modelada pelo atual sistema econômico e reforçada pelo Estado mínimo e desvelando a inserção da família para além de um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados. À luz de uma perspectiva totalizante, a pesquisa busca contribuir para a produção de conhecimento e construção de uma visão crítica que se contrapõe à hegemonia dominante e de negação à reiteração da ordem capitalista.

É de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre as expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social. [...]. É o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais que poderá alimentar ações inovadoras capazes de propiciar o reconhecimento e atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais (IAMAMOTO, 2001, p.24).

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: **Wanderley et. al (Orgs).** Desigualdade e a Questão Social SP: EDUC, 1997, p. 235-271.

_____. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis, Vozes, 1998. Cap. VIII. Introdução.

GUERRA, Y. et.al. O debate contemporâneo da “questão social”. In: **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS.** São Luís – MA, ago. 2007, p. 1-9.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Ano II, N°03 (Jan/ Jul. 2001), p. 9-32. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo. Cortez, 2006- 10.ed.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço social em tempo de capital fetiche.** São Paulo. Cortez, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, dez. 2004.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis.** APEPSS. Brasília, 2001, n. 3, p. 41-45. Janeiro/ Junho 2001.

_____. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, p. 15-30.

PASTORINI, A. **A categoria a “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf. Acesso em 12 ago. 2108.

ROSAVALLON, P. **A nova questão social. Repensando o Estado Providência.** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

